

Impacto da pandemia do COVID-19 na Região Autónoma da Madeira

Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) atualiza hoje o “Em Foco” dedicado aos efeitos da pandemia COVID-19 na vida económica e social da Região, numa altura em que começam a ficar disponíveis vários dados relativos ao ano completo de 2020. Depois de três Em Foco que acompanharam o impacto inicial e a fase mais crítica em termos de consequências económicas, esta quarta edição pretende dar uma panorâmica geral relativamente ao ano que findou.

1. Óbitos – Valor dos óbitos desde 17 de março até final de 2020 é superior ao do mesmo período dos últimos dois anos

Os primeiros casos diagnosticados com a doença COVID-19 em Portugal foram reportados a 2 de março de 2020, ocorrendo o primeiro óbito a 16 de março. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o surto de COVID-19 atingiu o nível de pandemia. Na Região Autónoma da Madeira (RAM), o primeiro caso de COVID-19 foi reportado a 17 de março, sendo que a primeira morte por COVID-19 na RAM ocorreu a 1 de novembro.

Segundo a informação preliminar obtida a partir dos assentos de óbito apurados no âmbito do Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC), na RAM, entre 17 de março e 31 de dezembro contabilizaram-se 2 124 óbitos de residentes na RAM, valor superior aos períodos homólogos de 2019 (2 012) e 2018 (2 023).

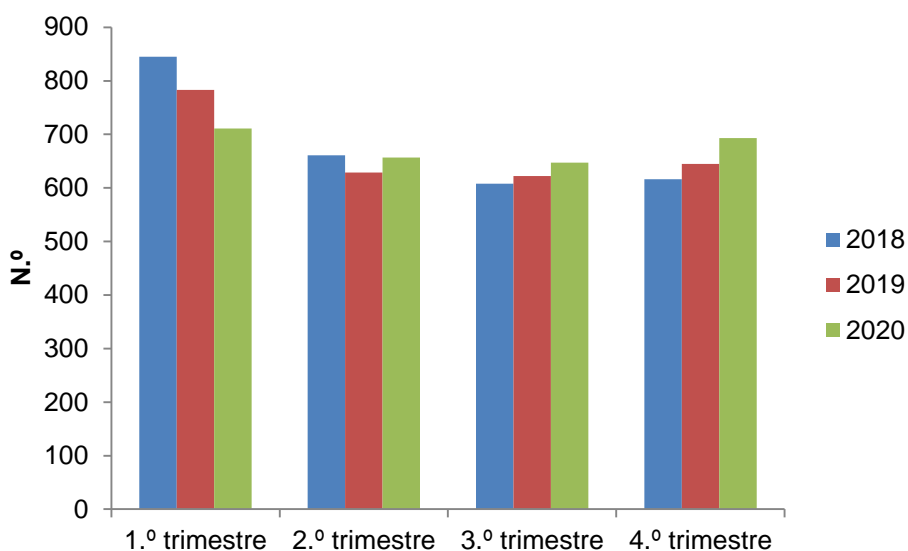
Em termos globais, em 2020, o número de óbitos foi de 2 708, mais alto do que em 2019 (2 679), mas mais baixo que em 2018 (2 730).

Por mês, em janeiro, fevereiro, março, junho e setembro o número de óbitos foi inferior em 2020, comparativamente a 2018 e 2019. Contrariamente, em abril, maio, julho, agosto, outubro e dezembro os óbitos em 2020, superaram os dos dois anos anteriores.



No intervalo temporal de 17 de março a 31 de dezembro de 2020, cerca de dois terços (65,2%) dos óbitos foram de idosos com 75 ou mais anos, percentagem superior à do período homólogo de 2019 (62,8%) e de 2018 (63,1%).

Fig.1 – Óbitos de residentes na RAM, por trimestre (2018-2020)



Os primeiros dados de 2021 já estão disponíveis e mostram que o número de óbitos em janeiro foi de 311, superior ao número de óbitos de janeiro de 2020 (244), de 2019 (285) e de 2018 (274).

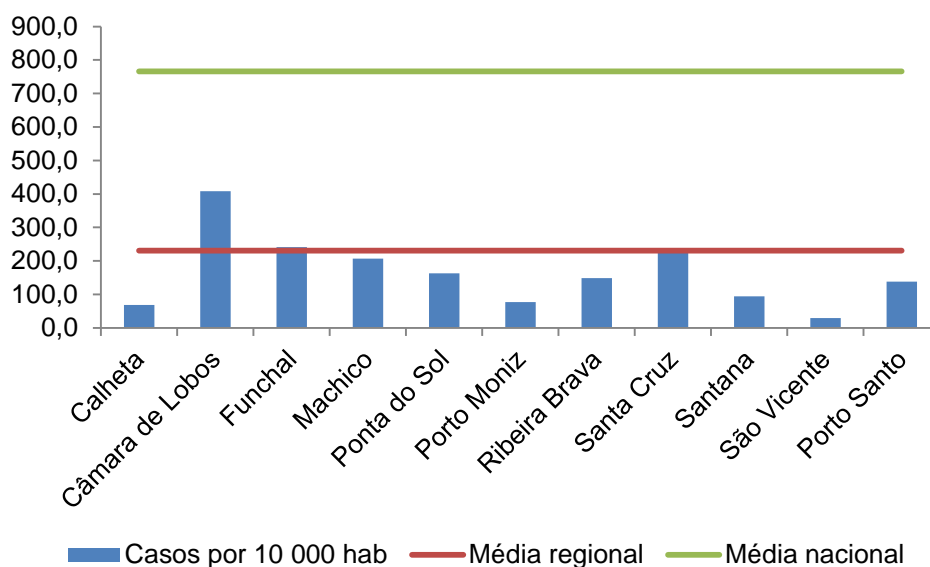
2. Saúde – Número de casos de COVID por habitante na RAM permanece abaixo da média nacional

A 16 de fevereiro de 2021, na Região Autónoma da Madeira, o número de casos confirmados por 10 mil habitantes¹ era de 231,2, inferior ao do país (765,9 casos por 10 mil habitantes). Câmara de Lobos registava 408,0 casos confirmados por 10 mil habitantes, sendo o valor mais elevado observado a nível regional, mas ainda assim apenas pouco mais de metade da média nacional. O Funchal, município mais populoso da RAM, apresentava um rácio ligeiramente superior à média regional (241,1 casos por 10 mil habitantes).

¹ Referencial é a população residente na RAM a 31 de dezembro de 2019, a última oficialmente disponível.



Fig.2 – Número de casos confirmados de COVID-19 por 10 mil habitantes até 16 de fevereiro



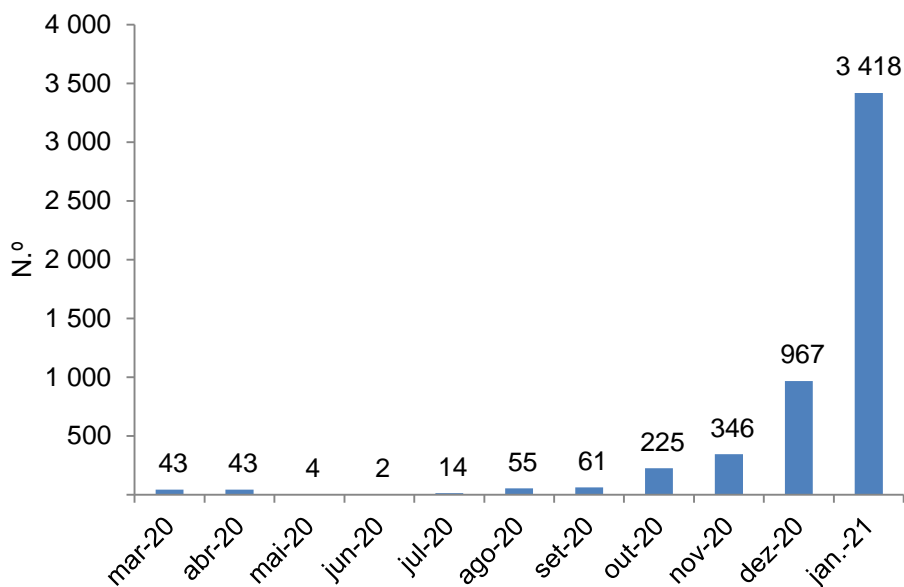
O número de casos evoluiu lentamente até ao final de novembro, tendo acelerado desde aí.

Com efeito, no final do 1.º trimestre o número de casos (incluindo não residentes) era de apenas 42, a meio do ano de 92, a 30 de setembro fixava-se em 222, sendo que no final do ano já ascendia aos 1 760. A situação agravou-se em 2021 sendo que a 16 de fevereiro o número de casos (6 549) mais que triplicou face ao final de 2020.

Dos 6 549 casos confirmados na Região (dos quais 671 são de não residentes), 1 568 permaneciam, a 16 de fevereiro, ativos.



Fig.3 – Número de novos casos confirmados de COVID-19 por mês, desde março de 2020 a janeiro de 2021



A 16 de fevereiro de 2021, o número de óbitos por COVID-19 era de 62.

3. Mercado de trabalho

3.1 Taxa de desemprego cresce para 10,7% no 4.º trimestre de 2020

Conforme já divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela DREM, a taxa de desemprego na RAM subiu para 10,7% no último trimestre de 2020, prosseguindo a tendência crescente que se manifesta desde o 2.º trimestre do ano passado. Com efeito, depois do mínimo atingido no 1.º trimestre de 2020 (5,6%), a taxa de desemprego cresceu para 6,7% no trimestre seguinte e para 8,6% no 3.º trimestre de 2020. No 4.º trimestre de 2020 atingiu o valor mais elevado desde o 3.º trimestre de 2017.

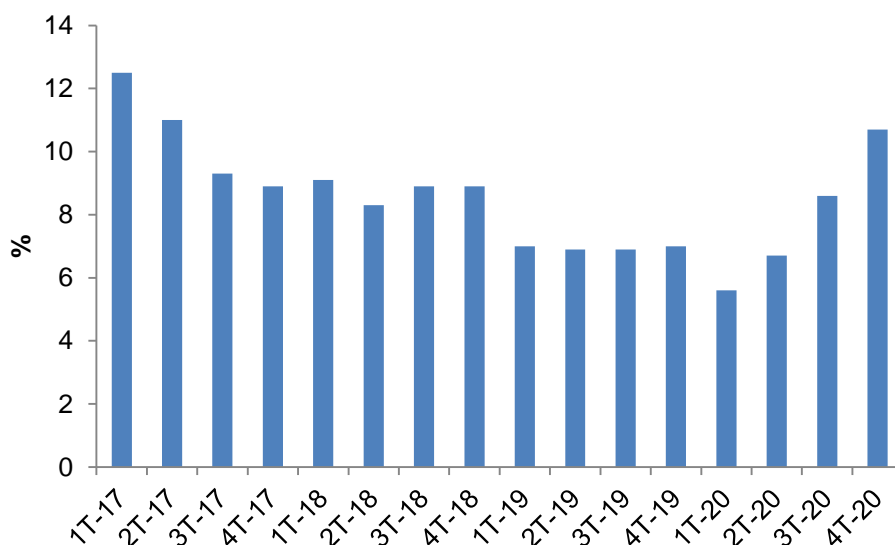
Em termos médios anuais, a taxa de desemprego passou de 7,0% em 2019 para 7,9% em 2020. É o primeiro aumento da taxa de desemprego desde 2014, ano em que se iniciou uma série de sucessivos decréscimos.

No 4.º trimestre de 2020, a população empregada caiu face ao trimestre anterior (-1,7%) e também em termos homólogos (-3,9%). A média anual de 2020 para esta variável (124,4 mil pessoas) ficou abaixo da de 2019 (129,1 mil pessoas).



Por sua vez, a população desempregada mantém uma trajetória ascendente desde o 2.º trimestre de 2020, no qual se contabilizaram nesta situação 7,6 mil pessoas, subindo no trimestre seguinte para os 8,6 mil, para no 3.º trimestre este crescimento dos desempregados acelerar para os 11,8 mil, trazendo o 4.º trimestre novo acréscimo para os 14,8 mil. A média anual dos desempregados para 2020 fixou-se nos 10,7 milhares, acima dos 9,6 milhares de 2019.

Fig.4 – Taxa de desemprego (1T2017-4T2020)



3.2 Subutilização do trabalho no 4.º trimestre de 2020 igual ao nível de três anos antes

A subutilização do trabalho é um indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego. No ano de 2020, a subutilização do trabalho conheceu um crescimento pronunciado. O grande salto dá-se do 1.º para o 2.º trimestre de 2020, com os “inativos disponíveis mas que não procuram emprego” a mais que duplicarem, passando dos 6,2 mil para os 12,7 mil. Embora os dados sugiram uma transição parcial de alguns destes inativos para desempregados no 3.º trimestre, o certo é que os “inativos disponíveis mas que não procuram emprego” mantiveram-se a um nível elevado (11,1 mil). No 4.º trimestre esta transição prosseguiu com os “inativos disponíveis mas que não procuram emprego” a diminuírem, enquanto os desempregados aumentaram praticamente na mesma ordem de grandeza. No final do ano, a taxa de subutilização do trabalho estava nos 20,8%, a mais elevada desde o 4.º trimestre de 2017.



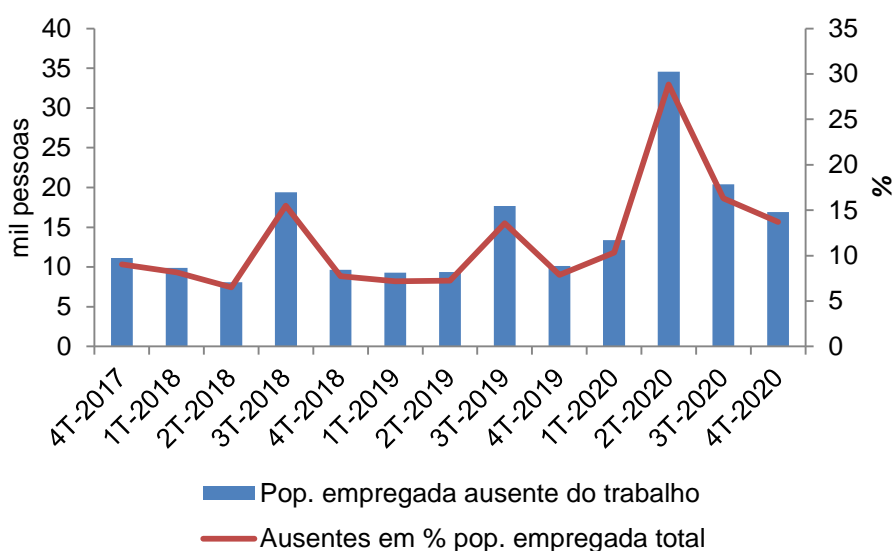
Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

3.3 População empregada ausente do trabalho na semana de referência mantém-se a níveis elevados, embora abaixo do expoente do 2.º trimestre de 2020

No 2.º trimestre de 2020, a população empregada ausente do trabalho na semana de referência foi estimada para a RAM em 34,6 mil pessoas, o que refletia as circunstâncias vividas no período mais restritivo em termos das medidas de combate à COVID-19. Não obstante o 3.º trimestre coincidir por norma com o período mais alargado de férias da maioria dos residentes na R.A. Madeira, a população empregada ausente do trabalho baixou significativamente para os 20,4 mil no referido trimestre, voltando a cair no 4.º trimestre para os 16,9 mil. Contudo, o valor do 4.º trimestre foi superior em 67,3% ao do mesmo período do ano passado, por isso o efeito COVID-19 ainda é bastante notório.

Fig.5 – População empregada ausente na semana de referência (4T2017-4T2020)



Embora não existam dados para a RAM sobre a razão da ausência - devido aos critérios de qualidade usados que não permitem a divulgação de dados com coeficiente de variação elevado - tal como sucede a nível nacional, o motivo deverá estar relacionado com a redução ou falta de trabalho, onde se inclui o layoff.



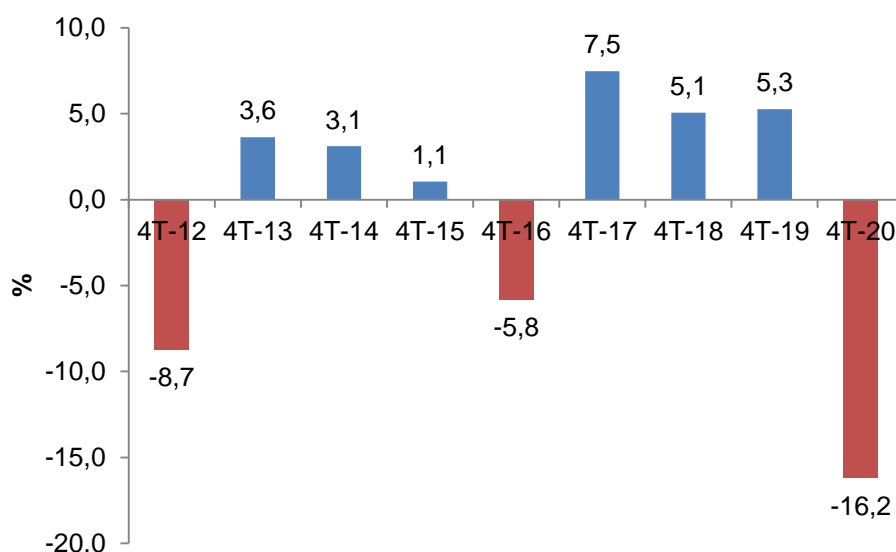
3.4 Horas efetivamente trabalhadas – Valor mais baixo da série foi registado no 2.º trimestre de 2020

No 4.º trimestre de 2020, o número médio de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência (28,9) foi ligeiramente superior ao do 3.º trimestre (28,5), embora se tenha fixado a um nível abaixo do trimestre homólogo (32,2 horas). O volume de horas trabalhadas no 4.º trimestre de 2020 também se reduziu em termos homólogos em 16,2%.

Contudo, foi no 2.º trimestre de 2020 que a média das horas efetivamente trabalhadas atingiram um mínimo de 23,1, por razões atrás mencionadas e que têm a ver com o período de confinamento que se viveu naquele trimestre.

A redução do número médio e do volume de horas efetivamente trabalhadas em termos homólogos pode ser explicada pela dimensão da população empregada ausente do trabalho na semana de referência e cujas horas trabalhadas (zero) foram contabilizadas nestes indicadores, assim como pela redução da jornada de trabalho que pode ter ocorrido em algumas empresas e na Administração Pública.

Fig.6 – Taxa de variação homóloga no 4.º trimestre do volume de horas efetivamente trabalhadas por semana



Entre os que trabalharam no 4.º trimestre de 2020, 78,0% indicou ter trabalhado o mesmo número de horas, enquanto 19,8% referiu ter trabalhado menos horas do que as habituais.



3.5 Desemprego registado mantém tendência ascendente

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego da Madeira (IEM), em dezembro de 2020, o número de desempregados inscritos – que tem subjacente um conceito diferente do usado no Inquérito ao Emprego – já ultrapassava os 20 mil (20 116), o valor mais elevado desde fevereiro de 2017. Contudo, os efeitos das circunstâncias atuais também se observam noutras variáveis como por exemplo nas inscrições de desempregados ao longo do mês (+12,3%, comparativamente a dezembro de 2019), nas ofertas de emprego captadas ao longo do mês (-27,5% em termos homólogos) e nos inseridos no mercado de trabalho ao longo do mês (-8,5% comparativamente ao mesmo mês de 2019).

3.6. Índice de Custo do Trabalho cresceu 10,8% face ao ano precedente devido à redução das horas trabalhadas

O Índice de Custo do Trabalho (ICT), na Região, em 2020, registou um aumento de 10,8% face ao ano transato, devido ao incremento anual observado nos custos salariais (11,8%) e nos outros custos (6,8%).

Esta evolução do ICT em 2020 poderá ser explicada pela redução de horas trabalhadas, o que por sua vez resulta do contexto de medidas restritivas tomadas no âmbito da pandemia do COVID-19.

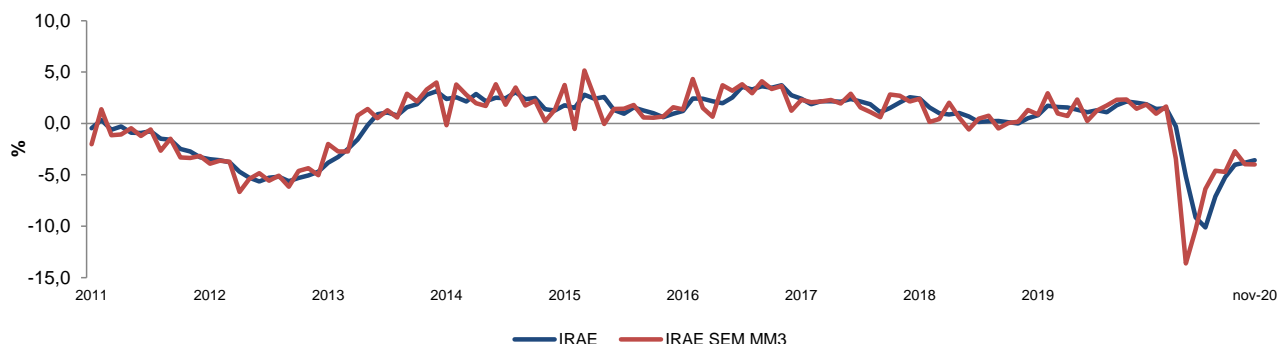
4. Indicador Regional de Atividade Económica – Economia no vermelho desde março

O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE) apresenta resultados negativos desde março de 2020 e que se foram agravando até junho. A partir de julho, as quedas passaram a ser menos expressivas, mas o IRAE mantinha-se até novembro em terreno negativo. Contudo, os valores deste indicador são médias móveis de 3 meses, uma técnica que tem como objetivo reduzir a flutuação do indicador mas que numa circunstância de queda abrupta da economia como é o caso, dificulta a perceção do que está acontecer exatamente em cada mês. Assim, a DREM apresenta pela primeira vez, na fig.7, um comparativo do IRAE com e sem média de 3 meses. Neste último caso é notória a maior irregularidade, sendo que em 2020 é visível que o mês mais penalizado foi abril (no qual a economia esteve significativamente paralisada) e não junho, segundo a versão com média móvel (que corresponde à média dos valores de abril, maio e junho).

Em qualquer caso, é bastante evidente que esta recessão económica gerada pela pandemia do COVID-19, embora possa vir a ser menos prolongada no tempo, foi mais expressiva que a ocorrida entre 2011 e 2013.



**Fig.7 – Indicador Regional de Atividade Económica
(com e sem média móvel de 3 meses)**



5. Comércio Internacional

5.1 Importações sofreram mais impacto que as exportações

Os dados preliminares do comércio internacional relativos a 2020 mostram que comparativamente ao ano anterior, as importações caíram 16,9%, enquanto as exportações recuaram 9,7%. De notar que o comércio internacional é apenas uma pequena fração de todo o comércio que a Região faz, a maior parte do qual é com o Continente. Além disso, uma parte substancial deste comércio está relacionada com empresas instaladas no Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), particularmente no caso das exportações (72,2% do total em 2019 segundo os últimos resultados disponíveis para este ano).

5.2 Comercialização de vinho Madeira com quebra significativa em quantidade e valor

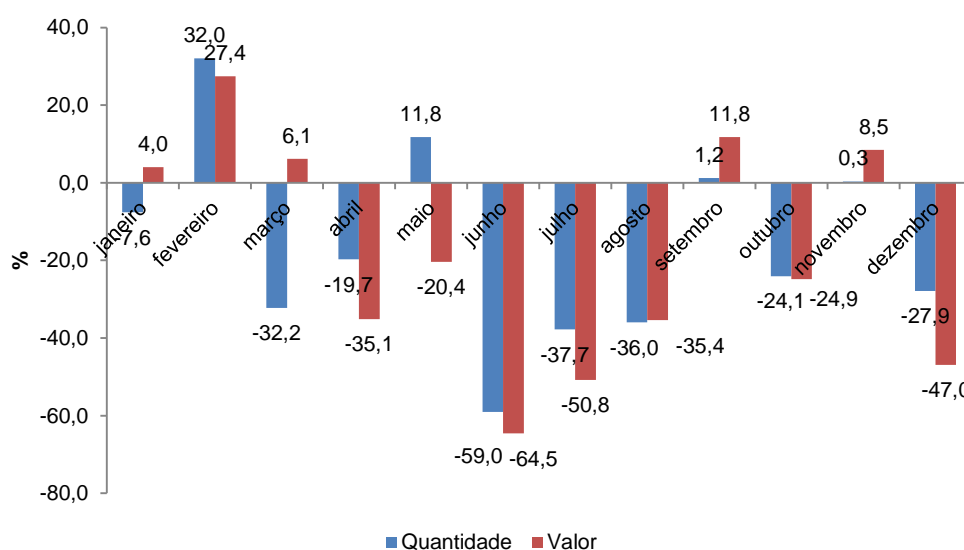
Segundo os dados do IVBAM, IP, no ano de 2020, as vendas de Vinho “Madeira” em quantidade diminuíram 17,0% em termos homólogos, com a quebra no valor a ser ainda mais acentuada (-21,6%). O mês de junho foi o que registou piores resultados comparativamente ao ano anterior, com as quedas na quantidade e no valor a serem de 59,0% e 64,5%, respetivamente.

Junho, julho, agosto e dezembro foram meses particularmente penalizadores para a comercialização de vinho Madeira, enquanto setembro e novembro evidenciaram aumentos, particularmente no valor.

Em janeiro de 2021, continuou a tendência de queda, com a quantidade comercializada a descer 6,9% e o valor 12,5%.



Fig.8 – Evolução homóloga da comercialização de vinho “Madeira” em 2020, por mês



6. Construção e Habitação

6.1 Número de edifícios licenciados cresceu em 2020

Apesar dos primeiros meses de pandemia terem afetado o licenciamento de edifícios, a variável recuperou a partir de junho, sendo que até final do ano, apenas em novembro o número de edifícios licenciados foi inferior a 2019. Em termos globais, o licenciamento de edifícios cresceu 17,4%. Com efeito, o número de edifícios licenciados em 2020 foi o mais elevado dos últimos 9 anos. O maior crescimento homólogo registou-se em junho (+166,7%) e a maior queda em abril (-44,0%).

6.2 Comercialização de cimento diminuiu em 2020

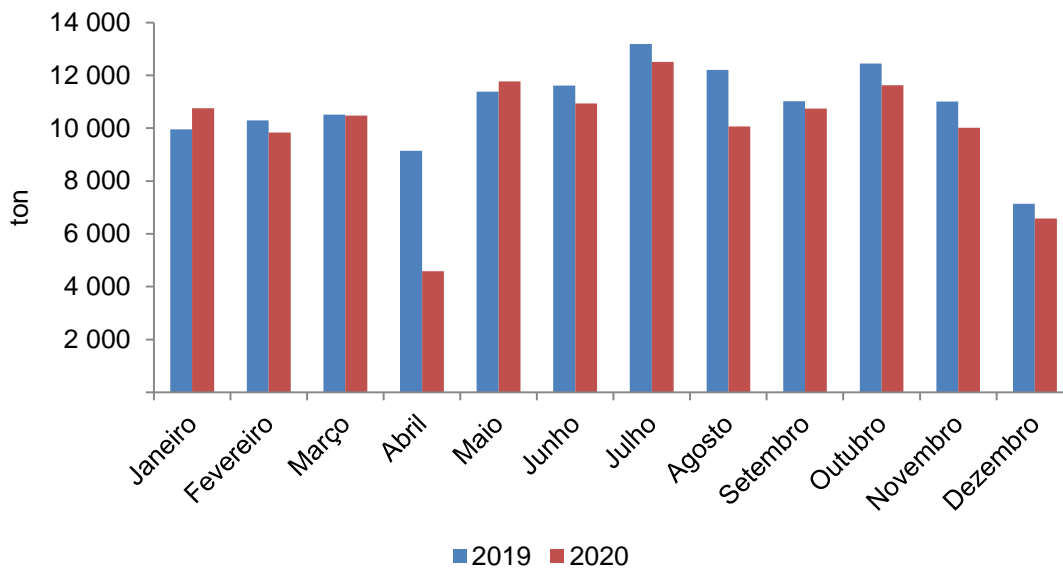
Em 2020, a quantidade comercializada de cimento caiu 7,7%, enquanto o valor de vendas caiu 13,3%. Abril foi o mês com o maior recuo na quantidade comercializada face ao mesmo mês do ano anterior (-49,8%), sendo que desde o início da pandemia apenas em maio se verificou um aumento homólogo (+3,3%), enquanto em todos os outros meses houve decréscimos.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Fig.9 – Quantidade comercializada de cimento (2019 - 2020)



6.3 Prestação média no crédito à habitação continua mais baixa devido a medidas governamentais de combate à crise

O valor médio da prestação vencida para o conjunto dos contratos de crédito à habitação diminuiu para os 230 euros em dezembro de 2020, tendo os juros se fixado nos 38 euros (menos 8€ que no mês homólogo) e a amortização nos 192 euros (menos 32€ que no mesmo mês de 2019). Em dezembro de 2019, o valor médio da prestação vencida era de 270 euros.

A descida dos valores iniciada entre abril e julho – sendo que os valores estabilizaram desde então – deverá estar associada às alterações decorrentes do regime de moratória, estabelecido no Decreto-Lei nº10-J/2020. A moratória suspende, pelo prazo de seis meses, o pagamento, total ou parcial, da prestação mensal das famílias com o crédito à habitação.

6.4 Pandemia não afetou valores do mercado de habitação

Os dados de 2020 relativos à avaliação bancária de habitação na RAM mostram que o preço por m² não sofreu, aparentemente, um impacto negativo da pandemia, com o valor mediano de avaliação bancária de habitação de dezembro a se constituir como o mais elevado dos últimos dez anos, período para o qual esta série de dados está disponível.



6.5 Venda de alojamentos recuperou no 3.º trimestre de 2020

Depois de no 2.º trimestre de 2020 – no qual o impacto económico da pandemia foi maior – a venda de alojamentos familiares ter recuado 28,7% e 23,3% em termos homólogos, no que respeita ao número e ao valor, o 3.º trimestre trouxe uma forte recuperação, com aumentos face ao mesmo trimestre do ano anterior de 10,2% em número e de 21,8% em valor. Entre o 2.º e o 3.º trimestres, as variações foram ainda mais significativas, de 64,6% em número e de 68,0% em valor.

De referir que o número de alojamentos familiares transacionados no 3.º trimestre de 2020 foi o mais elevado desde o início da série (1.º trimestre de 2009), superando o máximo anterior que pertencia ao 1.º trimestre de 2020.

7. Empresas – 15% das empresas planeiam reduzir os postos de trabalho em 2021

O INE e o Banco de Portugal (BdP) criaram um inquérito rápido e excepcional para acompanhamento dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas empresas, cuja última edição é referente à semana de 11 a 19 de novembro de 2020.

Os dados mais relevantes desta edição do COVID-IRAE são os seguintes, por domínio:

Análise da situação laboral e da forma de trabalhar das empresas:

- 85% das empresas da RAM planeiam manter ou aumentar os postos de trabalho em 2021 e 15% tem intenções de reduzir.
- Pelo menos 19% das empresas (consoante a alteração considerada) revelaram ser muito provável alterar de forma permanente a sua forma de trabalhar em consequência da pandemia COVID-19. 60% das empresas considera muito provável reduzir de forma permanente o número de viagens de negócios e mesma percentagem refere a reorganização das equipas de trabalho como uma realidade muito provável. O uso mais intensivo do teletrabalho foi referido por 19% das empresas como uma alteração muito provável na atual forma de trabalhar.

Análise do mercado das empresas

- Para 74% das empresas, o ambiente concorrencial no mercado onde operam não se alterou nos últimos seis meses.
- No que respeita à alteração de forma permanente da relação com os principais clientes/fornecedores, 30% das empresas já reduziu ou vai reduzir os *stocks* de produtos necessários à atividade e 25% vai redirecionar os mercados-alvo. Apenas 19% das empresas referem já ter alterado ou tencionam alterar as cadeias de fornecimento.



Recurso aos fundos do plano de recuperação e resiliência "Next generation EU" e áreas de aplicação

- Apenas 10% das empresas tencionam recorrer aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência ("Next Generation EU"). Das restantes, 48% consideram que não existe ainda informação disponível suficiente para uma tomada de decisão e 42% das empresas não pretendem concorrer a estes fundos.

Análise de sensibilidade das empresas

- 72% das empresas manifestam uma preocupação elevada e 22% uma preocupação moderada face a um cenário de agravamento ou prolongamento das medidas de contenção da pandemia. Também um cenário de redução da procura é motivo de preocupação para 93% das empresas (elevado para 67%). A evolução adversa da sua situação de liquidez e financeira preocupa elevada ou moderadamente 90% das empresas (elevado para 64%). O potencial fim das medidas excecionais de apoio às empresas em 2021 constitui uma preocupação de grau elevado ou moderado para 79% das empresas (elevado para 55%).
- 80% das empresas respondentes não prevê o encerramento num cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio. Por outro lado, 20% das empresas estimam subsistir, em média, 5,1 meses, se tal cenário de agravamento se verificar.
- Num cenário de agravamento das medidas de contenção (semelhante ao observado durante o estado de emergência que vigorou em março e abril), uma proporção significativa de empresas considera que seria muito importante estender as medidas de apoio do Governo: 63% no caso da suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas, 60% no acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado, 57% no layoff simplificado e 50% no caso da moratória.
- Num cenário de controlo efetivo da pandemia em 2021, 30% das empresas consideram que a atividade já voltou ou voltará ao normal num intervalo médio de 10,1 meses. No mesmo contexto, duas em cada três empresas não conseguem antecipar se o seu volume de negócios voltará ou não ao nível normal.

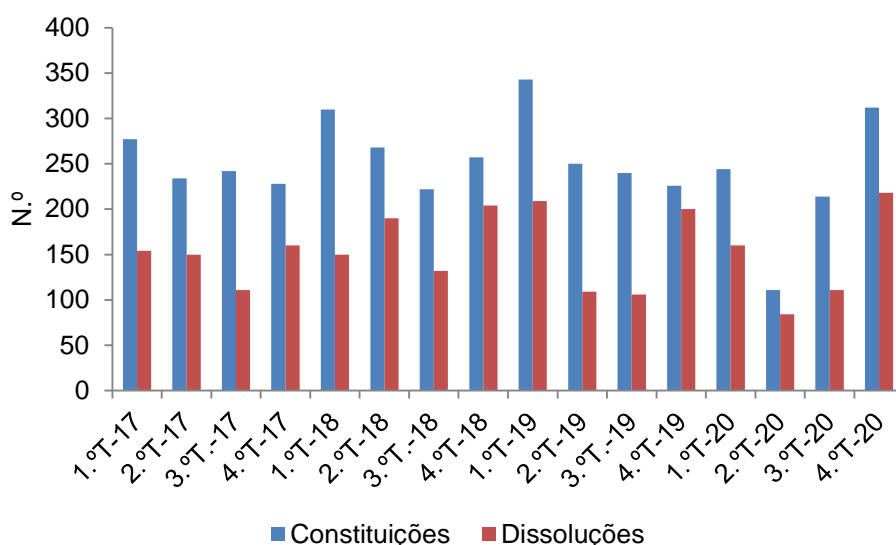


8. Sociedades constituídas e dissolvidas – Menos dinâmica na constituição e dissolução de sociedades em 2020, não obstante o saldo positivo

Os dados fornecidos pela Direção Geral de Política de Justiça (DGPJ) ao INE referentes a 2020 mostram um saldo positivo (+308) entre constituições e dissoluções, mas os números subjacentes a este saldo evidenciam uma menor dinâmica nas constituições e dissoluções do que em 2019. Comparativamente a este ano, observaram-se menos 178 constituições e menos 51 dissoluções, facto que reflete o impacto das restrições económicas resultantes da pandemia COVID-19, particularmente no 2.º trimestre.

Aliás, a consulta do histórico permite perceber que para o 2.º trimestre de 2020, no caso das dissoluções foi o menor registo desde o 4.º trimestre de 2008, enquanto nas constituições – apesar da inexistência de dados trimestrais entre o 1.º trimestre de 2006 e o 4.º trimestre de 2009 - pode afirmar-se que nos últimos 10 anos não existe um valor tão baixo de constituições. Por mês, constata-se que abril foi o mês de maior paralisação com apenas 18 sociedades constituídas e 20 dissolvidas. Contudo, em novembro registou-se um máximo de constituições pelo menos dos últimos 13 anos (156) e dezembro, o valor mais elevado de dissoluções dos últimos 5 anos (115).

Fig.10 – Sociedades constituídas e dissolvidas na RAM, por trimestre (1.ºT17 – 4.ºT20)



9. Falências/Insolvências – Pandemia ainda não fez crescer casos entrados nos tribunais da Região

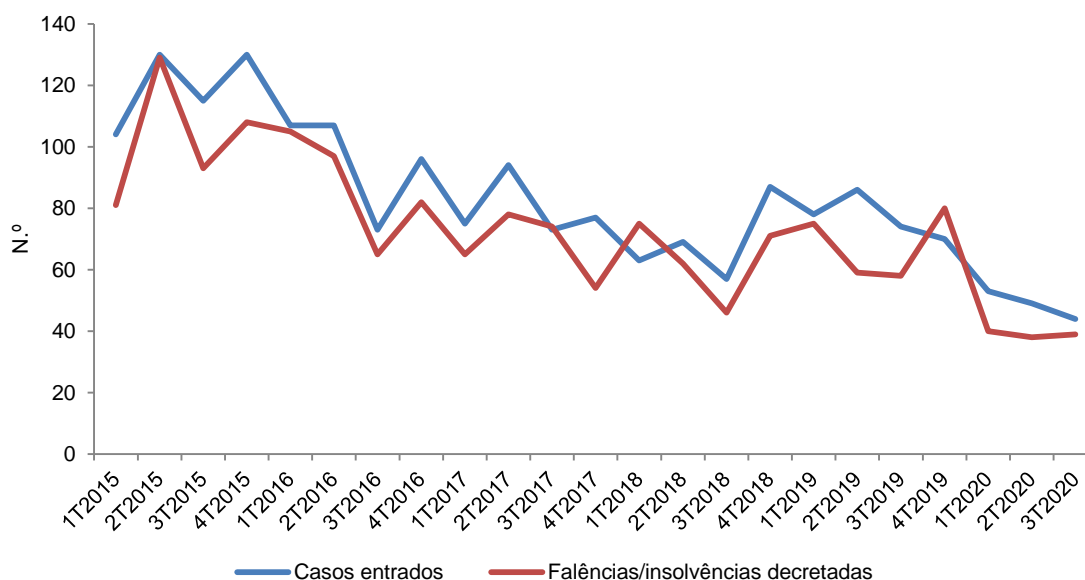
De acordo com a informação da Direção Geral de Política de Justiça (DGPJ), o número de processos entrados na Comarca da Madeira relacionados com processos de falência, insolvência e recuperação de empresas diminuiu de 49 no 2.º trimestre de 2020 para 44 processos no 3.º trimestre de 2020, constituindo



este valor o mais baixo, pelo menos desde o 1.º trimestre de 2015, o primeiro para o qual estão disponíveis dados para a RAM.

No caso das falências/insolvências decretadas o mínimo é o valor do 2.º trimestre de 2020 (38), embora o valor do 3.º trimestre seja também muito baixo (39). O 2.º trimestre de 2020 também teve a particularidade de ser o primeiro no qual o número de falências/insolvências decretadas foi maior entre as pessoas coletivas do que entre as pessoas singulares.

**Fig.11 – Casos entrados e falências/insolvências decretadas, por trimestre
(1.ºT15 – 3.ºT20)**



10. E-fatura – Informação fiscal mostra também dimensão do impacto da pandemia na economia

Segundo a informação disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), relativa ao sistema E-fatura e ao período entre março até novembro de 2020, verifica-se que o valor de faturação na RAM caiu 21,9% em termos homólogos, sendo a R.A. Madeira a segunda região mais afetada depois do Algarve (-29,1%). A média nacional fixou-se nos -14,8%.

11. Introdução no consumo de combustíveis – Quantidades introduzidas no consumo dos principais combustíveis recuaram 16,6% em 2020 e preços desceram

Segundo os dados fornecidos pela Alfândega do Funchal, em 2020, as quantidades introduzidas dos principais combustíveis (gasóleo e gasolina) recuaram 16,6% face a 2019. Neste ano, as quebras

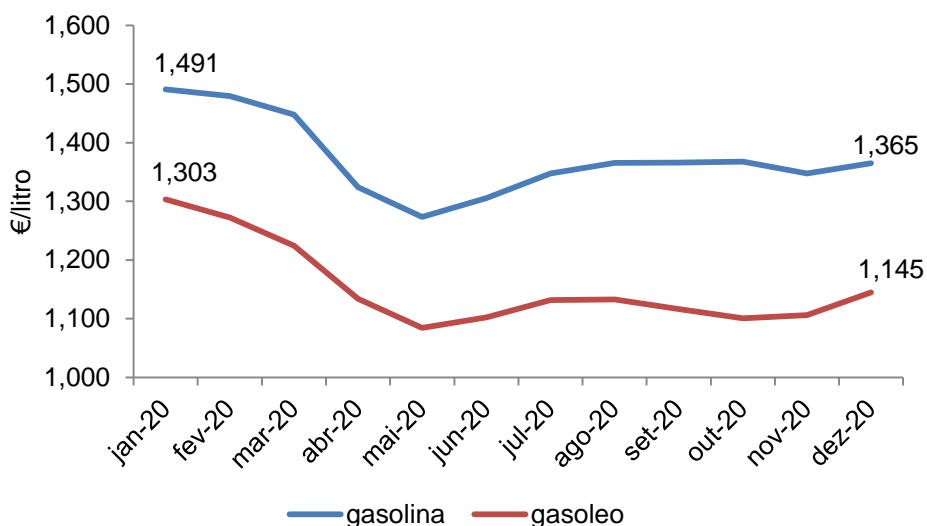


começaram em março (-19,1%), depois de crescimentos em janeiro e fevereiro. Em abril, a redução foi bastante mais acentuada (-59,8%), tendo-se posteriormente desagravado em maio (-32,7%) e junho (-20,8%), embora mantendo o registo negativo. Julho, agosto e outubro foram meses em que as quebras foram também superiores a 10%.

Em 2020, o preço dos principais combustíveis caiu face a 2019. No caso do gasóleo a redução foi de 11,2 cêntimos e na gasolina de 10,1 cêntimos. Os preços médios do gasóleo (1,154€) e da gasolina (1,373€) de 2020 foram os mais baixos dos últimos 4 anos.

Atendendo à informação por mês, observa-se que desde o início do ano houve uma redução sucessiva dos preços até maio, mês no qual o gasóleo custava 1,084€/litro e a gasolina de 95 octanas, 1,273€/litro. A partir de junho, a tendência inverteu-se, com os preços a crescerem, mas chegando a dezembro de 2020 ainda distantes dos de janeiro do mesmo ano (1,145€/litro no gasóleo e 1,365€/litro na gasolina).

Fig.12 – Média dos preços máximos dos principais combustíveis

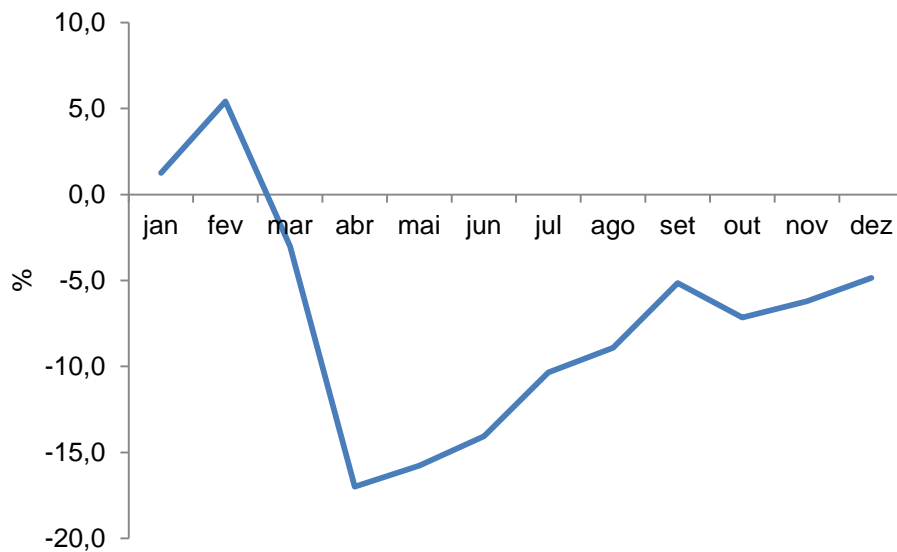


12. Emissão de energia elétrica – Ano de 2020 com queda de 7,2% face ao ano anterior

Segundo os dados disponibilizados pela EEM, SA, a emissão de energia elétrica diminuiu 7,2% em 2020. Com efeito, atendendo aos dados mensais, as reduções foram particularmente acentuadas a partir de abril, com uma quebra de 17,0% neste mês. Entre maio (-15,8%) e setembro (-5,1%) as quebras foram sendo progressivamente menores, para em outubro crescerem novamente (-7,2%). Contudo, dezembro, o mês do Natal, teve a quebra menos significativa (-4,8%) desde abril.



Fig.13 – Variação homóloga da emissão de energia elétrica (2019/2020)



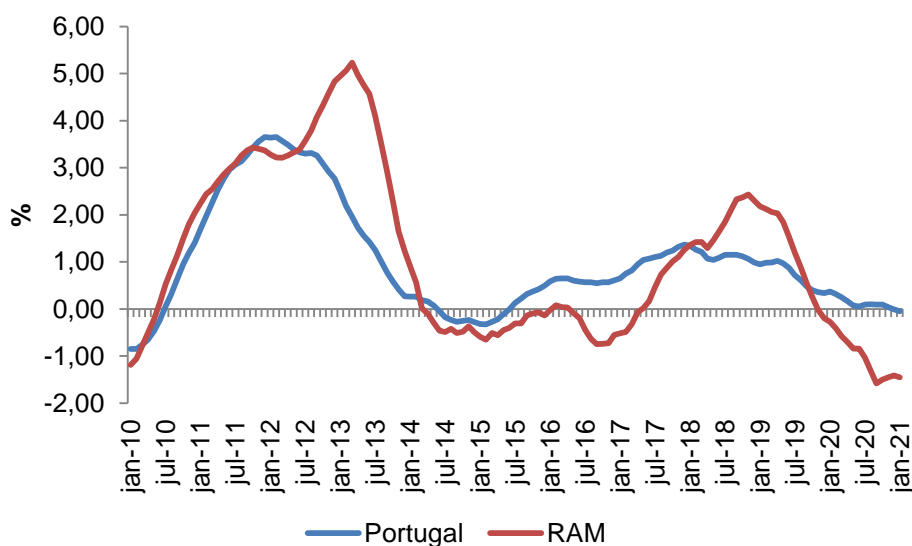
13. Índice de Preços no Consumidor – Taxa de inflação estabiliza em terreno negativo

A taxa de inflação de 2020 foi de -1,4%, igualando o valor mais baixo do século, que se havia registado em 2009. Recorde-se que esta variável macroeconómica teve uma sequência de 12 meses em que foi sucessivamente diminuindo, até entrar em terreno negativo em novembro de 2019. O valor prosseguiu a sua trajetória de queda até setembro de 2020 (-1,6%), recuperando desde então até final de 2020.

Em janeiro de 2021, a taxa de variação média dos últimos 12 meses, voltou a se agravar, fixando-se nos -1,5%.



Fig.14 – Taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor – Portugal e RAM



14. Sector monetário e financeiro

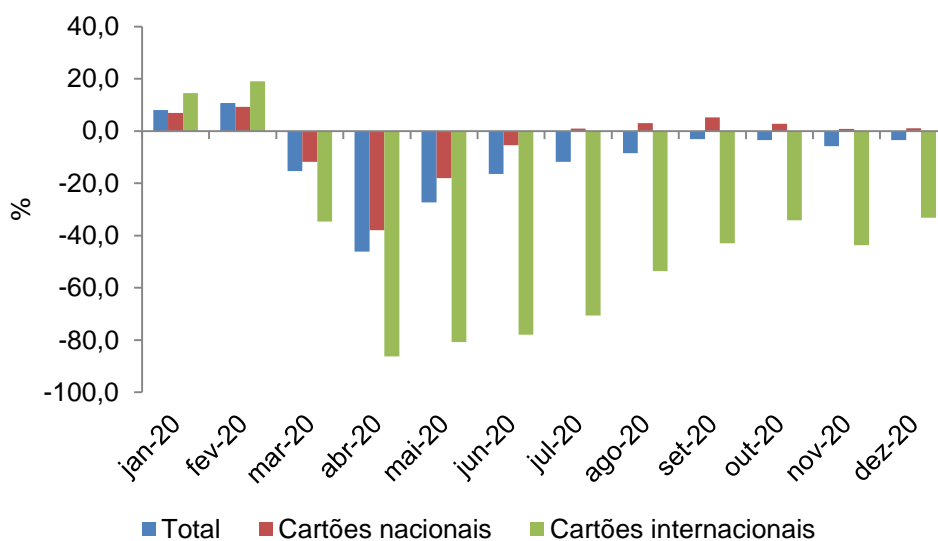
14.1 Rede Multibanco – Valor dos levantamentos adicionados das compras através de terminais de pagamento automático caiu 10,3%

Segundo os dados fornecidos pela empresa SIBS, o agregado dos levantamentos e das compras através de terminais de pagamento automático (TPA) registou uma quebra de 10,3% em 2020. Os meses onde as quebras foram maiores e na casa dos dois dígitos foram entre março e julho, com destaque para abril (-46,1%). Com o impacto da pandemia do COVID-19 a ser particularmente marcante no turismo, os levantamentos e compras feitos com cartões internacionais (-45,7%) sofreram quedas substancialmente maiores do que no caso dos cartões nacionais (-3,5%). Em ambos os casos, foi também em abril que se verificaram as maiores quedas, de 86,3% e 38,0%, pela mesma ordem. Para os cartões internacionais, depois de a pandemia ter chegado à Região, as reduções foram sempre superiores a 30%, atingindo um mínimo em dezembro (-33,2%). No caso dos cartões nacionais, entre março e junho registaram-se quedas, mas a variável manteve-se resiliente até final do ano, com crescimentos ligeiros que tiveram um expoente em setembro (+5,2%).

Em janeiro de 2021, o agregado dos levantamentos e das compras através de TPA, reduziu-se em 16,7%, com uma quebra nos cartões internacionais de 50,6% e nos nacionais de 10,0%.



Fig. 15 – Taxa de variação homóloga dos levantamentos agregados aos pagamentos através de TPA, por tipo de cartão



14.2 Empréstimos da banca a sociedades não financeiras a crescer

Segundo os últimos dados disponibilizados pelo Banco de Portugal relativos ao saldo dos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (SNF) com sede na RAM, observa-se que depois de esta variável ter registado um mínimo da série disponível (com início no último mês de 2002) em dezembro de 2019 de 1 510,2 milhões de euros, o saldo dos empréstimos a SNF cresceu em 2020 fixando-se em dezembro deste ano nos 1941,5 milhões de euros, o que traduz um crescimento homólogo de 28,6%.

Contudo em termos de crédito vencido, a tendência foi de queda em 2020, com o rácio de crédito vencido a não ultrapassar no final de 2020 os 3,6%, ou seja, menos 4,4 pontos percentuais que um ano antes.

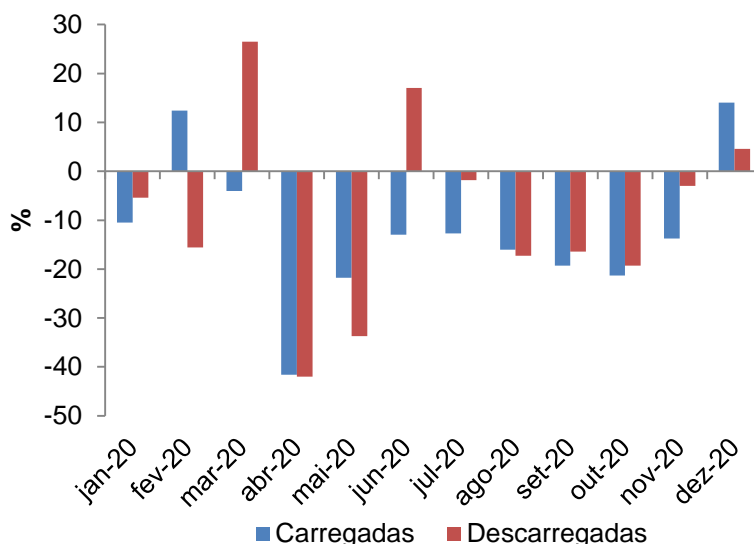
15. Transportes – Movimento de passageiros caiu em todos os modos de transporte

Desde cerca de meados de março de 2020 que os portos da Região praticamente deixaram de receber navios de cruzeiro, com duas exceções, uma em outubro (escala em que a embarcação transportava 31 passageiros) e outra em novembro (sem passageiros). Em termos globais a redução dos passageiros em trânsito nos navios de cruzeiro foi de 75,7%, não ultrapassando os 143,2 mil. Na linha Madeira-Porto Santo, as perdas em abril foram quase totais (apenas 173 passageiros nos dois sentidos), com as quedas em maio e junho, a ascenderem aos 78,1% e 42,1%, respetivamente. No 3.º trimestre – o de maior fluxo de passageiros – a redução homóloga foi de 5,7% e no acumulado do ano ronda os 32,2%.



Quanto ao movimento de mercadorias nos portos da Região, depois de o 1.º trimestre de 2020 estar associado a um aumento homólogo de 1,3%, no 2.º trimestre do referido ano verificou-se uma quebra muito acentuada naquela variável, de 22,0%, que se suavizou no 3.º trimestre (-12,6%) e posteriormente no 4.º trimestre (-7,3%). Por mês, abril (-42,0%) e maio (-32,5%) foram aqueles onde a redução foi mais expressiva. Em termos anuais, a redução no movimento de mercadorias foi de 10,4%.

Fig. 16 – Taxa de variação homóloga do movimento de mercadorias nos portos regionais



Nos aeroportos da RAM, as medidas restritivas para contenção do COVID-19 também tiveram um impacto fortíssimo. Com efeito, o movimento de passageiros (embarcados, desembarcados e em trânsito) nos dois aeroportos da RAM, em 2020, reduziu-se em praticamente dois terços (-65,2%). Por mês, as quebras maiores registaram-se em abril e maio, nos quais se contabilizaram valores praticamente simbólicos (371 e 1 839 passageiros, respetivamente). Estas diminuições atenuaram-se progressivamente até outubro (-57,9%) tendo-se, por comparação, acentuado em novembro (-77,6%) e dezembro (-68,6%).

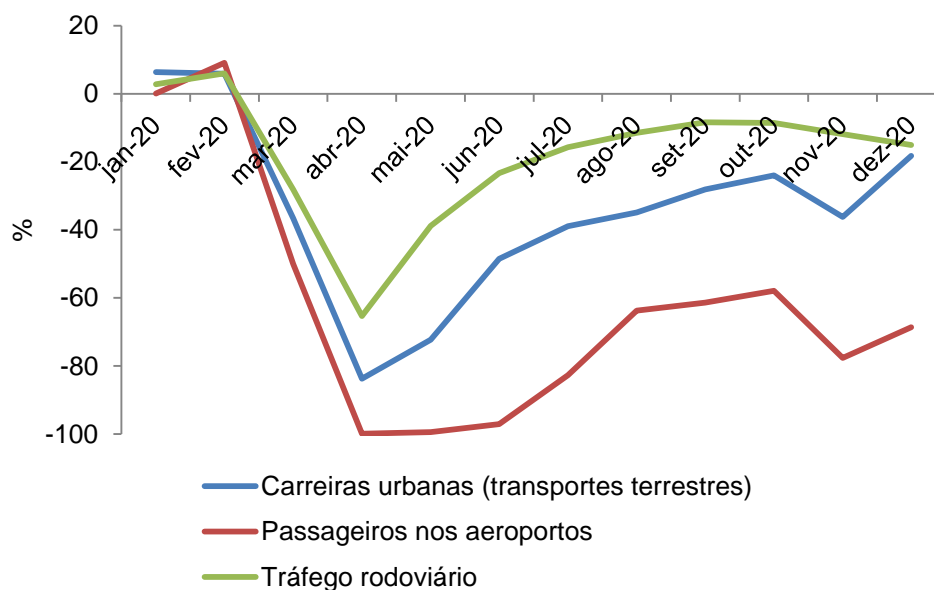
Nos transportes terrestres, as carreiras urbanas perderam mais de um terço dos passageiros em 2020 (-34,1%), o que significa que o número de passageiros transportados nestas carreiras passou de 17,2 milhões em 2019 para 11,3 milhões em 2020. Por mês, abril liderou as quebras (-83,8%), seguido de maio (-72,3%) e junho (-48,5%). Até outubro (-24,0%), as reduções homólogas foram-se atenuando, tendo crescido em novembro (-36,2%), para voltarem a descer em dezembro (-18,3%).

As medidas restritivas para controlo da pandemia tiveram contudo um efeito positivo na redução dos acidentes de viação, com aqueles acidentes onde se contabilizaram vítimas a diminuírem 23,4% em 2020.



O tráfego rodoviário na Via Expresso e Via Litoral sofreu também um forte recuo em 2020, que se fixou em -18,2% face a 2019. Abril, mês no qual as restrições foram mais severas, registou uma diminuição face ao mesmo mês de 2019 de 65,3%, enquanto em maio essa quebra foi de 38,8%. As reduções atenuaram-se progressivamente até setembro (-8,4%) para crescerem a partir daí e até dezembro (-15,1%).

Fig. 17 – Taxa de variação homóloga dos passageiros nas carreiras urbanas, nos aeroportos e do tráfego rodoviário



16. Turismo – Pandemia teve impacto devastador no sector

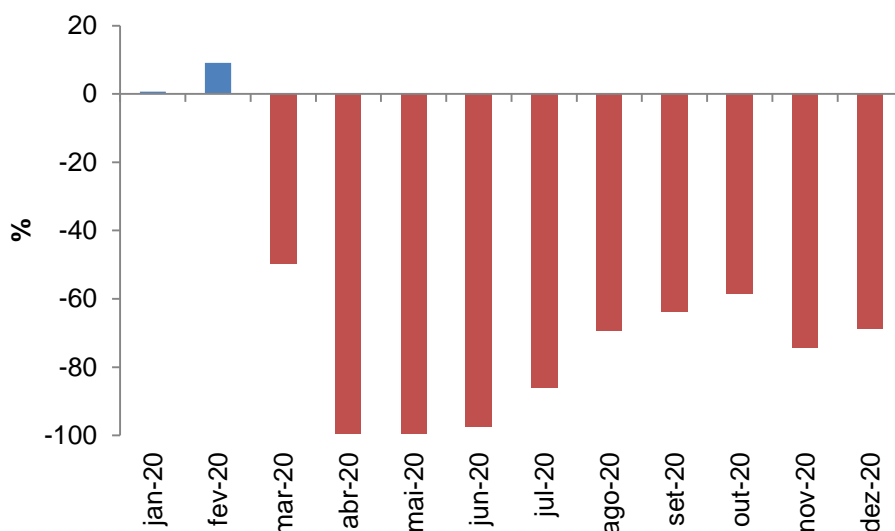
No domínio do Turismo, depois de um início de ano auspicioso, seguiu-se uma queda de cerca de 50% em março, assistindo-se em abril e maio à quase neutralização da atividade turística, com o número de dormidas no alojamento turístico coletivo a não ultrapassar os 4,0 mil e os 5,0 mil respetivamente. A partir daí a recuperação foi progressiva, com o mês de outubro a ser o menos penalizado, com uma quebra de 58,4%, e aquele com o maior número de dormidas, em 2020, desde março. Novembro trouxe uma aceleração das perdas (-74,2%), que voltou a ser atenuada em dezembro (-66,1%). No mês de dezembro, a hotelaria continuava a apresentar a maior percentagem de estabelecimentos do seu segmento com movimento de hóspedes (61,3%), seguido do turismo no espaço rural com 57,1% e do alojamento local com 45,8%.

No cômputo de 2020, as dormidas registadas foram apenas um terço das de 2019 (-66,1%), rondando os 2,7 milhões, o número mais baixo dos últimos 35 anos.



Com tão baixo número de dormidas, os proveitos totais e de aposento sofreram também retrocessos importantes (-68,1% e -68,2%, respetivamente em termos de variação homóloga), tal como o RevPAR que, em termos médios anuais, não ultrapassou os 22,57€, praticamente metade do valor de 2019 (44,29€). O proveito médio por quarto ocupado (também conhecido por ADR) diminuiu cerca de 3,00€ para 65,84€, e foi a variável mais resiliente. A taxa de ocupação-cama caiu quase para cerca de metade para os 30,8%, não havendo desde o início da Autonomia registo tão baixo. A estada média reduziu-se em 0,35 noites para as 4,68.

Fig. 18 – Taxa de variação homóloga das dormidas no alojamento turístico coletivo



17. Mobilidade da população – Percentagem de população que ficou em casa nos domingos de 2021 cresceu face ao final de 2020

Apesar de ser evidente que as restrições de mobilidade da população fizeram aumentar a proporção daqueles que permaneceram em casa, não deixa de ser relevante fazer uma quantificação desse fenómeno. No caso, o INE acedeu a informação trabalhada pela Carnegie Mellon University, com base em atualizações de localização recolhidas a partir dos dispositivos móveis de utilizadores da aplicação Facebook que têm a opção "histórico de localização" ligada.

Em 2020, conforme evidencia a fig.19, na Região, a percentagem de pessoas que ficou em casa no domingo atingiu o seu máximo no domingo de Páscoa onde cerca de 55% escolheu essa opção. Com o fim do confinamento este indicador estabilizou em torno dos 15-18%, percentagem que se manteve sensivelmente até outubro.



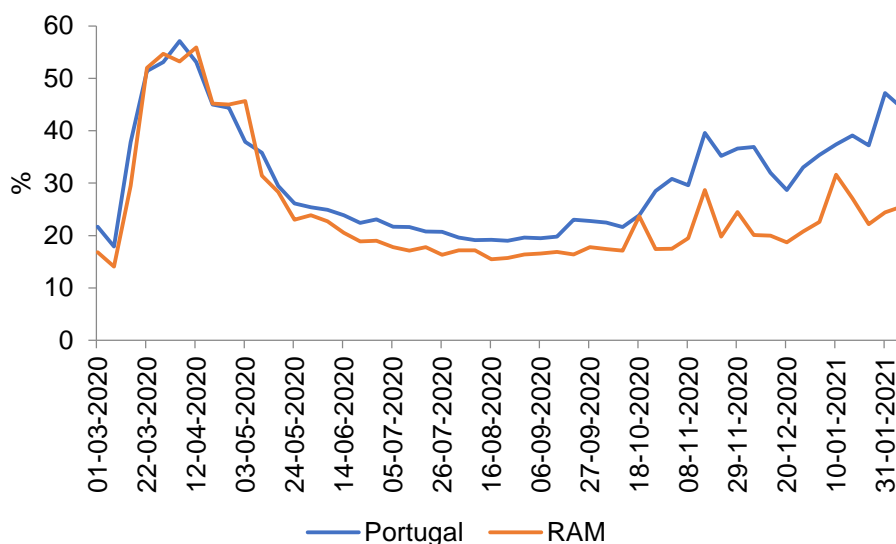
Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

A partir daí, a percentagem de pessoas que ficou em casa ao domingo apresentou maior variabilidade, mas, por comparação, tendencialmente cresceu, ultrapassando os 30% a 10 de janeiro, mas mantendo-se entre os 22 e os 25% nos últimos três domingos terminados no dia 7 de fevereiro. Nota-se assim algum efeito do endurecimento de medidas nas últimas semanas.

De notar que os valores da RAM descolam dos nacionais, a partir do final de outubro, o que reflete por um lado a situação mais grave da pandemia da COVID-19 no território continental e também eventualmente o clima mais “convidativo” a sair de casa que caracteriza a Região.

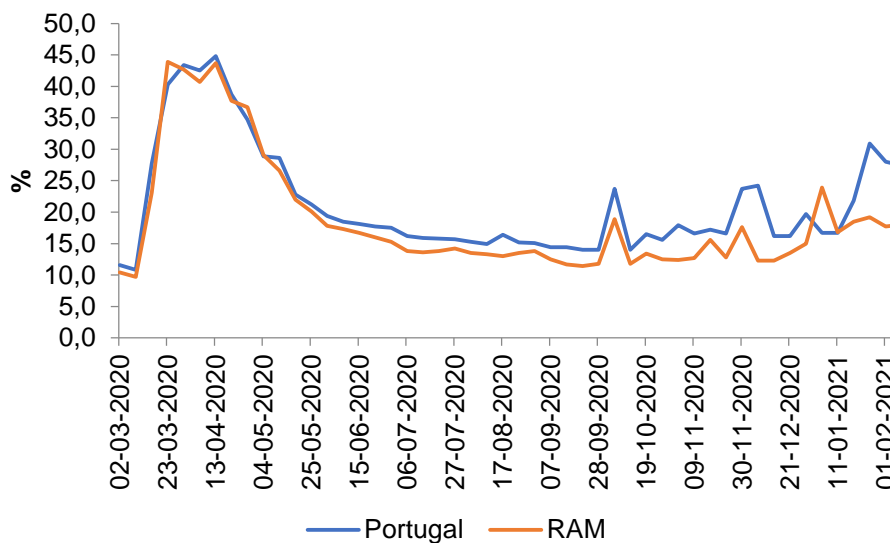
Fig. 19 – Proporção de população que “ficou em casa” nos domingos de 1 de março de 2020 a 7 de fevereiro de 2021



Os dados para as segundas-feiras, nas quais a percentagem de população que fica em casa é obviamente inferior à dos domingos, mostram uma evolução semelhante, com os valores de Portugal a apresentarem também neste caso, um diferencial de alguma dimensão comparativamente à RAM.



Fig. 20 – Proporção de população que “ficou em casa” nas segundas-feiras de 2 de março de 2020 a 8 de fevereiro de 2021



18. Receitas fiscais – Impacto da pandemia fez-se sentir na maior parte dos impostos

De acordo com o último Boletim de Execução Orçamental, publicado pela Direção Regional de Orçamento e Tesouro (DROT), em 2020, as receitas fiscais (em contabilidade pública) caíram 10,1% face a 2019, o que traduz uma diminuição de 96,2 milhões de euros. Apenas três impostos escaparam à quebra generalizada, o IRS (+0,5%), que se manteve estável, fruto das medidas de proteção do emprego adotadas pelos Governos, o Imposto sobre o Tabaco (+4,2%) e o Imposto Único de Circulação (+11,5%). No campo negativo, o mais afetado foi o Imposto sobre os Veículos (ISV) que recuou 46,4%, refletindo a forte redução na compra de veículos novos, com os consumidores a serem conservadores e adiarem a decisão de aquisição de um bem duradouro de custo elevado. O IRC, imposto caracterizado por grande irregularidade ao longo dos anos, também sofreu forte penalização (-40,6%). Os restantes impostos sofreram variações negativas compreendidas entre os -2,6% (imposto de selo) e os -14,4% (impostos sobre o álcool e bebidas alcoólicas).



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Fig. 21 – Receitas Fiscais, em Contabilidade Pública

	2019	2020	Var. (%)
Receita fiscal	948 077	851 904	-10,1
Impostos Diretos	355 690	304 018	-14,5
IRS	225 583	226 707	0,5
IRC	130 107	77 311	-40,6
Impostos Indiretos	592 387	547 886	-7,5
ISP	58 318	53 392	-8,4
IVA	430 266	399 607	-7,1
ISV	8 871	4 755	-46,4
IT	36 213	37 732	4,2
IABA	8 380	7 174	-14,4
IS	23 890	23 260	-2,6
IUC	5 057	5 637	11,5
Outros	21 393	16 330	-23,7

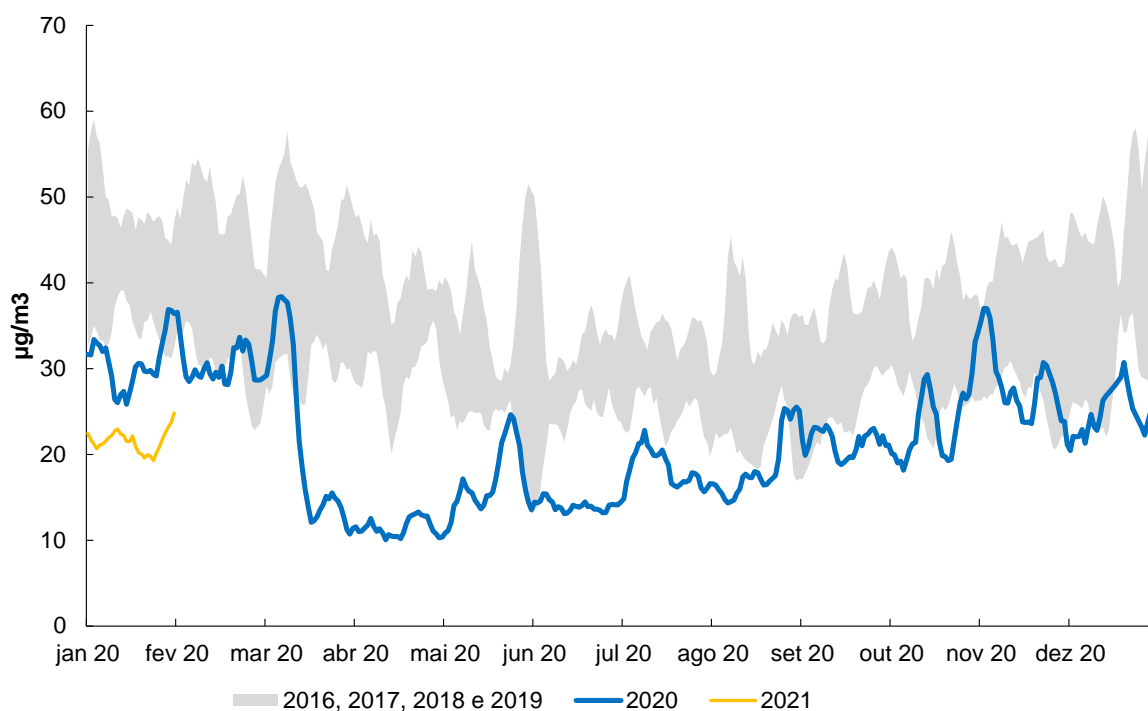
19. Ambiente – Nível de poluição de NO2 no Funchal com redução assinalável

De acordo com a [informação disponível](#) na página de internet da Agência Europeia do Ambiente, é possível analisar a evolução dos níveis de dióxido de azoto (NO2) no Funchal desde 1 de janeiro de 2020 a 8 de fevereiro de 2021 e compará-los com os 4 anos anteriores.

A fig.22 mostra uma forte quebra nos valores de NO2, particularmente entre meados de março e meados de maio, e um consequente afastamento dos valores de 2020 do intervalo dos últimos 4 anos, coincidente com a maior percentagem de fecho temporário de empresas e com a generalização do teletrabalho quer no sector privado, quer no público. Naquele período, os valores de NO2 chegaram a ser cerca de 60% inferiores ao mínimo observado nos quatro anos precedentes. A partir de junho os valores tenderam a subir, mas ficando na maior parte dos últimos sete meses do ano abaixo do mínimo dos últimos 4 anos. Os valores de NO2 disponíveis para 2021 – até 8 de fevereiro - mostram também uma redução face ao mesmo período de 2020 (altura em que a pandemia ainda não tinha afetado a Região), sendo que os valores estão significativamente abaixo da média de 2016, 2017, 2018 e 2019.



Fig. 22 – Nível de poluição diário por dióxido de azoto (NO2) no Funchal



20. Cinema – Queda generalizada e pronunciada nos principais indicadores

De acordo com os dados provisórios disponibilizados pelo Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA), em 2020, contabilizaram-se 7 662 sessões de cinema na Região Autónoma da Madeira (RAM), traduzindo um decréscimo de 55,8% face a 2019.

O número de espetadores fixou-se nos 70 471, diminuindo 74,8%, enquanto as receitas de bilheteira caíram para os 367,1 milhares de euros, decrescendo também 74,4% face ao ano anterior.

Estes resultados estão associados ao encerramento das salas de cinema da Região Autónoma da Madeira (RAM), durante o 2.º trimestre de 2020 e ao limite da capacidade das salas desde julho de 2020, na sequência das medidas governamentais (nacionais e regionais) de contenção da pandemia de COVID 19.

